

**ESPECIAL**



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ

# PRA~~X~~IS

ANO X

## **RACISMO RELIGIOSO DA INTOLERÂNCIA AO RESPEITO**

Pág. 11

**Análise de  
conjuntura**

Págs. 8 e 9

**Família  
acolhedora**

Págs. 4 e 5



**MÊS DA  
ASSISTENTE  
SOCIAL**

**PROGRAMAÇÃO**  
págs 13, 14 e 15

ESTA EDIÇÃO ESPECIAL CORRESPONDE AOS NÚMEROS 98 E 99 - NOVEMBRO 2017 / FEVEREIRO 2018

## CRESS opina

# Trajatória das entidades do Serviço Social

O Serviço Social brasileiro tem, desde as suas origens, uma notável capacidade de organização política em defesa da profissão. O primeiro curso do país foi criado em São Paulo em 1936 e o segundo no Rio de Janeiro em 1937. Ambos, atualmente, integram as Pontifícias Universidades Católicas de seus estados. Em 1946, apenas dez anos após a criação do primeiro curso, o Serviço Social criou três importantes entidades para a sua história: a ABAS, o CBCISS e a ABESS.

A Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) tinha como propósito a defesa da profissão, de seus interesses corporativos e o aperfeiçoamento profissional. Foi sua seccional de São Paulo que organizou o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1947 e que estabeleceu o primeiro código de ética no mesmo ano. Aliás, vale ressaltar, que suas seccionais, denominadas APAS (Associação Profissional dos Assistentes Sociais), foram ativas até a virada dos anos 1960-70, quando deixaram de funcionar, sendo de novo fundamentais no contexto da reabertura política, quando muitas das suas estruturas foram utilizadas para organização sindical das assistentes sociais naquele contexto do final da década de 1970.

O CBCISS surgiu como um braço brasileiro preparatório para a Conferência Internacional de Serviço Social, tendo a primeira sido realizada em 1928 na França. Por isso seu nome era Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social e, posteriormente, em 1966,

sua denominação foi alterada para Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais. Entidade importante na história para a busca de aprimoramento da formação profissional continuada dos assistentes sociais.

A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), criada também em 1946, atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é uma entidade importante na expansão do ensino da profissão em sua origem e que mantém protagonismo nos debates da formação profissional graduada e pós-graduada até hoje.

No ano de 1949 o Serviço Social, por meio da portaria n. 35 de 19/04/49, é enquadrado no grupo das profissões liberais. Em 1953 é promulgada a Lei 1889/53 que reconhece o ensino, sua estruturação e prerrogativas dos portadores de diploma de assistente social. E em 1957 foi promulgada a primeira lei de regulamentação da profissão (Lei 3.252/57), que foi complementada pelo Decreto 994/62, publicado em 15/05/62, que instituiu a criação do CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais) e dos dez primeiros CRAS (Conselhos Regionais de Assistentes Sociais). Desses conselhos, originariamente apenas o de São Paulo representava um único estado, sendo os demais constituídos pelo agrupamento de mais de um estado. Os nomes das entidades foram alterados com a segunda e atual lei de regulamentação da profissão, publicada em 1993, para Conselho Federal e Regionais de Serviço Social.

O CRESS 7ª Região, outrora CRAS 7ª Região, nesse ano de 2018 comemora seus 55 anos de existência, fazendo parte ativa da

trajetória histórica da profissão, que no Brasil comemora 82 anos de existência.

Na trajetória do Conjunto CFESS-CRESS, podemos identificar três grandes fases. A primeira, compreendida entre sua criação até a virada entre a década de 1970 para 1980, marcada por uma atuação apenas cartorial da entidade, de cunho conservador. A segunda, que marca a politização à esquerda da profissão, dentro do contexto de reabertura política do país e de renovação do Serviço Social brasileiro, tem como principal mote a reconstrução das orientações da profissão e de renovação do arcabouço normativo do Conjunto CFESS-CRESS. E a terceira fase, datada a partir do início dos anos 1990, tem como marco histórico a implementação processual do projeto de profissão que propõe uma ruptura com o conservadorismo que marcou suas origens, denominado de projeto ético-político do Serviço Social.

A trajetória histórica do CRESS-RJ é resultado da ação militante de muitas assistentes sociais que *não tinham e não têm tempo de temer*, que dedicaram parte de suas vidas na afirmação da profissão e na defesa de nossa entidade. Enfim, uma história tecida a muitas mãos. Temos orgulho disso. O CRESS é um patrimônio de nossa categoria!



## PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - EDIÇÃO ESPECIAL

Esta edição especial corresponde aos números 98 e 99 - novembro 2017/ fevereiro 2018

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

**Presidenta:** Dácia Cristina Teles Costa

**Vice-Presidente:** Nelson Felix Lima Neto

**1ª Secretária:** Simone Eliza do Carmo Lessa

**2ª Secretária:** Fábio do Nascimento Simas

**1ª Tesoureira:** Luciana Cristina Teixeira da Silva

**2ª Tesoureira:** Mariana Setúbal Nassar de Carvalho

**Conselho fiscal:** Janaina Bilate Martins, Jussara de Lima Ferreira, Natália da Silva Figueiredo

**Suplentes:** Nathália Carlos da Silva, Luciane Barbosa do Amaral Rangel, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Maria Ribeiro, Paulo Martins Faleiro dos Santos, Camilla Muniz da Costa Pereira, Mônica Simone Pereira Olivar, Malú Ribeiro Vale, Charles Vieira de Araujo

**Comissão de Comunicação e Cultura:** Bia Justino, Célio Albuquerque, Dácia Teles, Eder Frossard, Fábio Simas, Janaina Bilate, Luciana Teixeira, Natália Figueiredo, Rafael Lopes, Jefferson Lee de Souza Ruiz

**Seccional de Campos dos Goytacazes**

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro Telefax: (22) 2723-9464

**Coordenadora:** Eliana Monteiro Feres

**Secretário:** Marco Antonio Pedro Vieira

**Tesoureiro:** Paulo Santos Freitas Júnior

**Suplente:** Isabella Motta de Oliveira Pinto, Suzana Mancebo Barros, Luciana Custódio Soares

**Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda**

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

**Coordenador:** Gleydson Felipe Duque de Paiva

**Secretário:** Eder Frossard de Andrade

**Tesoureira:** Kelly Rocha Albernaz

**Suplentes:** Cynthia Correa de Oliveira Ferreira, Luiza Silva Pires, Marcello Pedro da Silva Santos

**Jornalistas responsáveis:** Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

**Estagiária de comunicação:** Bia Justino

**Projeto gráfico, diagramação e ilustrações:** Carlos D

**Impressão:** Gráfica Colorset - **Tiragem:** 16.600 exemplares - **Data de impressão:** 29/03/2018

Notas

Registro e anuidade

# Passo a passo Retire seu boleto pela internet

É possível pagar o boleto após a data de vencimento pelo prazo de até 30 dias.

Em caso de dúvidas, envie e-mail para [registroeanuidade@cressrj.org.br](mailto:registroeanuidade@cressrj.org.br)

Essas instruções estão também no endereço: <https://goo.gl/viy2jd>

**1º Passo**  
Clique aqui para acessar página do sistema do CRESS-RJ e entrar em seu cadastro. Em seguida, clique em **"Profissional"**.

**2º Passo**  
Preencha as informações abaixo e click em "Acessar". Digite seu CPF e, em seguida, clique em **"Localizar Cadastro"**.

**3º Passo**  
Após a abertura do link, preencha a data de nascimento e o nome de sua mãe. Em seguida, clique em **"Entrar"**.

**4º Passo**  
Na sua tela de cadastro, clique em **"Consultar ou Imprimir Boletos"**.

**5º Passo**  
Nesta tela, constarão todos os débitos gerados. Para pagamento em cota única, deve-se gerar o boleto de maior valor. Para pagamento parcelado em 6 vezes, deve-se gerar o boleto no valor de R\$ 82,00.

Tipo	Ano	Parcela	Moeda	Devido	Vencido	Atualização	Multa	Juros	Pagar	Bolero
ANU	2018	0	Real	492,00	15/09/2018	0,00	0,00	0,00	418,20	☺
ANU	2018	1	Real	82,00	15/02/2018	0,00	0,00	0,00	82,00	☺
ANU	2018	2	Real	82,00	15/03/2018					☺
ANU	2018	3	Real	82,00	15/04/2018					☺
ANU	2018	4	Real	82,00	15/05/2018					☺

Os descontos da anuidade são distintos. Quem optou por pagar a cota única, até o dia 15/02, teve desconto de 15%, ficando a anuidade R\$ 418,20. Para quem pagou a cota única até 15/03 teve 10% de desconto, ficando o valor R\$ 442,80, e até o dia 15/04 desconto de 5%, com valor de R\$ 467,40.

Os boletos referentes à anuidade de 2018 também foram enviados para categoria pelos Correios. A geração por esta ferramenta é uma alternativa para as profissionais.

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região convoca assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dia 30 de junho de 2018 (sábado), às 10h em primeira convocação, e às 10h30 em última convocação, na sede do CRESS, à Rua México, no. 41/1204 – Centro, Rio de Janeiro.

Terão direito a voto profissionais em pleno gozo de seus direitos e quites com as anuidades do CRESS até o ano de 2017. Pauta: Debates e definição da delegação do CRESS-RJ com vistas ao 47º Encontro Nacional CFESS/CRESS; informes.

Dácia Cristina Teles Costa / CRESS 13305  
Presidenta do CRESS – 7ª Região

**PRAXIS NO FEMININO:** No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

## Exercício profissional

# Política pública garante família provisória

O Programa Família Acolhedora (PFA) é uma medida de proteção excepcional e provisória que executa o acolhimento em residências cadastradas, de crianças e adolescentes afastadas do convívio parental ou comunitário, cujas famílias encontram-se temporariamente impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção. Tem como objetivo prioritário o retorno ao convívio com o núcleo de origem ou na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção.

É uma medida de proteção prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), e se diferencia do acolhimento institucional em sua execução. Enquanto no acolhimento institucional a medida de proteção é executada na instituição, no acolhimento familiar a medida é executada em residências de famílias cadastradas. Cabe ressaltar que a própria legislação aponta a preferência para o encaminhamento de crianças e adolescentes para o acolhimento familiar, tendo em vista que o mesmo propicia atenção individualizada e a garantia da convivência parental e comunitária, possibilitando proteção, apoio, cuidado e a continuidade da socialização da criança e da adolescente acolhida.

### O Programa em São Gonçalo

Desde 2010, o município da região metropolitana possui o programa que é vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação, Infância e Adolescência. Após aprovação em sessão plenária da Câmara de Vereadores, através da Lei Municipal 313/2010, o PFA percorreu



**“É importante destacar que as famílias que se candidatam ao programa são selecionadas, capacitadas e acompanhadas sistematicamente pela Equipe Técnica do Programa”**

**Natália Figueiredo**

caminhos até seu estágio atual. A assistente social Natália Figueiredo, que atualmente está licenciada por conta de seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, esmiúça de maneira simples o funcionamento desse serviço. Hoje, São Gonçalo expandiu a faixa etária do serviço e atende crianças de 0 a 12 anos.

“É importante destacar que as famílias que se candidatam ao programa são selecionadas, capacitadas e acompanhadas sistematicamente pela Equipe Técnica do Programa. O acompanhamento é realizado através de visitas domiciliares, atendimentos individuais ou em grupos. Nossa equipe cresceu por conta da expansão do serviço e hoje ela é composta por uma coordenadora técnica, duas assistentes sociais, duas psicólogas, uma educadora social, uma assistente administrativa e um motorista”, detalha.

Ainda de acordo com Natália, todas as famílias passam pelos processos de cadastramento, seleção e capacitação. Avaliação documental, participação em grupos e relatos de outras famílias também fazem parte da etapa de uma criteriosa seleção.

“São diversas etapas para avaliar e aprovar o cadastramento da família no programa. Essa família é guardiã dessa criança juridicamente, com termo de guarda provisória emitido pela autoridade judiciária, e deve garantir os direitos fundamentais previstos em lei. Não é um final de semana, como se fosse um apadrinhamento afetivo. O acolhimento pode durar um mês ou chegar a dois anos, que é o prazo máximo previsto pela legislação”, explica.

Cada família acolhedora pode receber uma criança ou adolescente por vez, exceto quando se trata de grupos de irmãos, mediante avaliação da Equipe Técnica. Casais, independente da orientação sexual, homens e mulheres solteiros podem ser acolhedores.



**“Se estão nos procurando, quer dizer que estamos prestando um serviço de qualidade”**

**Natália Figueiredo**  
Assistente Social

As crianças entram no programa através de determinação judicial devido às expressões da questão social que determinada família esteja vivendo.

“Mesmo que o ECA garanta que a falta de recursos financeiros não seja fator determinante para suspensão do poder familiar, avaliamos que esse é o principal motivo, seguido atualmente de uso abusivo de álcool e outras drogas e transtornos psiquiátricos”.

A família acolhedora é provisória. Ou seja, não há, em hipótese alguma, a chance dessa família pleitear a adoção da criança ou adolescente acolhida. A maioria das crianças e adolescentes que é atendida pelo Programa retorna aos seus lares, após o período de acolhimento, seja para a guarda dos pais, ou para a guarda da família extensa, citando avós ou tios. Caso isso não ocorra, são encaminhadas para adoção. “Importante destacar que as crianças recebem visitas regulares de seus familiares, que preferencialmente acompanham as consultas médicas, não há um afastamento da sua origem familiar e comunitária, tendo em vista que o objetivo prioritário é o retorno para a sua família”.

#### O percurso

A atual equipe que está à frente do serviço assumiu o trabalho no ano de 2015. Porém, em cinco anos de trabalho, a coordenação do PFA foi modificada seis vezes. Natália destaca a guinada do Programa, a partir do momento

no qual a também assistente social Dinamácia Monteiro assumiu a coordenação técnica.

“Ela é uma militante, uma intelectual na área da infância e juventude, com larga experiência de trabalho com medida de acolhimento, seja ele institucional ou familiar. A partir disso, ocorreram diversas mudanças na execução do serviço. As equipes anteriores só cadastravam famílias nucleares formadas por pai, mãe e filhos, por exemplo. E tinham uma visão restrita de abrangência territorial das famílias candidatas ao Programa, porque não incluíam bairros considerados de Comunidades. Hoje o PFA cadastra homens e mulheres, independente do estado civil, acima de 18 anos, que residem em qualquer bairro do município de São Gonçalo. Além disso, criamos uma cartilha e um projeto de capacitação, com fases a serem cumpridas durante o processo de seleção das famílias”, aborda.

Outra modificação importante foi na entrega de materiais às famílias acolhedoras. “Apontamos à gestão municipal a necessidade de modificar completamente a entrega de material, a partir de questões levantadas pelas próprias famílias acolhedoras. Realizamos reuniões com os gestores e as famílias para pensarmos numa nova forma para este serviço. Atualmente, cada família constrói a lista das necessidades mensais de cada criança, escolhendo, inclusive, a marca do material a ser recebido. Além disso, há um veículo 24 horas à disposição para atender qualquer outra necessidade eventual. Vale destacar que essa organização de trabalho, para a entrega

de materiais em São Gonçalo, se tornou referência para outros municípios”, explica.

O trabalho é desenvolvido de forma coletiva entre a Equipe Técnica do PAF – Família de Origem e Família Acolhedora, cujo objetivo é a proteção integral da criança e a garantia do seu direito a convivência familiar e comunitária.

São Gonçalo hoje é referência estadual do Programa Família Acolhedora. Outros municípios, como Cabo Frio e Itaguaí, buscaram assessoria técnica para implementação do serviço.

“Se estão nos procurando, quer dizer que estamos prestando um serviço de qualidade”, afirma Natália.

#### Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social

Essa iniciativa foi a primeira colocada na nona edição do Prêmio, em 2016, na categoria Trabalhos de Serviço Social: “Família acolhedora: proteção integral, apoio e cuidado individualizado a crianças no município de São Gonçalo”.

“Quis dar, como diz o Prêmio, visibilidade a um trabalho no qual eu acredito e que representa a perspectiva defendida pelo Conjunto CFESS/CRESS. O programa mereceria ser conhecido e reconhecido dentro do Serviço Social. Foi com orgulho que representei a profissão e um trabalho construído coletivamente e desenvolvido com tamanha qualidade em tempos tão duros”, finaliza.

# Pergunte à COFI

## Registro Profissional

### É obrigatório o uso do número de registro no CRESS para o exercício profissional como assistente social?

Sim. Quando se conclui a graduação em Serviço Social, recebe-se o diploma de Bacharel, o que não permite o seu exercício profissional como assistente social. Para tal, é necessária inscrição no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), na área de jurisdição que irá atuar, de acordo com a Lei Nº 8.662/1993, Art. 2º, inciso I.

### É possível atuar estando com o registro profissional cancelado?

Não. O registro no CRESS é requisito obrigatório para o exercício profissional. Só é assistente social quem possui o registro ativo e quando está cancelado, a profissional fica impossibilitada de exercer a profissão. É importante ressaltar que é facultado solicitar o cancelamento, desde que não se exerça qualquer atividade, função ou cargo que envolve o exercício profissional da assistente social, segundo o art. 50, da Resolução 582/2010 (CFESS).

### Algo impede a assistente social de possuir inscrição em outro estado e atuar no Rio de Janeiro, com o mesmo número de inscrição?

Sim. A inscrição no CRESS deve ser efetivada no estado onde atua a profissional. Senão, fica caracterizado exercício ilegal, estando a assistente social sujeita à multa nos termos da Resolução 582, Art. 33 (CFESS), a saber: "O exercício da profissão simultâneo, por período superior a 90 (noventa) dias corridos, fora da área de jurisdição do CRESS em que a profissional tenha inscrição principal, também obriga a inscrição secundária no Conselho competente". Ou seja, se uma profissional com inscrição ativa em outro estado precisar atuar no Rio de Janeiro, caso essa atuação ultrapasse 90 dias, deverá solicitar inscrição secundária no CRESS-RJ. A inscrição secundária não gera uma segunda anuidade, e a assistente social continua pagando para o CRESS de origem, onde há inscrição principal.

### É necessário o uso do número do registro do CRESS, em toda e qualquer elaboração de documento, no âmbito do exercício profissional?

Sim. Toda manifestação profissional, seja em envio de correspondência, relatórios ou anotações em documentos institucionais, é obrigatório o uso do número de registro, uma vez que se trata de um dos deveres da assistente social, conforme apontado no Código de Ética Profissional, em seu Art. 3º, alínea b: "Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão".

### Em caso de requisição do usuário é obrigatório a assistente social fornecer o seu número de registro para o usuário?

Sim. Sempre que perguntado por qualquer pessoa, o número deve ser fornecido, pois se trata de informação pública, como regulamenta a Lei 8.662/1993. Os usuários atendidos têm o direito à informação e, dentre elas, a identificação de profissionais que os atendem.

### É permitido emprestar o registro para outra profissional, estagiária ou instituição?

Não. Segundo o Art. 9º do Código de Ética Profissional, alínea a, é vedado à assistente social "emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social".



## Orientação e Fiscalização

# Supervisão de campo

**T**odas as normas que regem o Conjunto CFESS/CRESS possuem, na materialidade da correlação de forças, determinadas condições objetivas e contradições postas pelo momento histórico que constituem os fundamentos de sua construção.

Foi assim que a Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, foi formulada. Atribuição privativa de assistentes sociais, como está prevista no Artigo 5º, inciso VI da Lei nº 8662/1993, sua orientação representa um avanço na defesa da formação e do exercício profissional de qualidade.

Especificamente sobre a supervisão de campo de estágio, esta deve ser realizada por assistente social regularmente inscrita no CRESS e funcionária do quadro de pessoal da instituição onde acontece o estágio, nos moldes da Lei 11788/2011 (Lei de Estágio). O acompanhamento deve ser presencial, para que a relação entre graduanda e profissional aconteça de maneira constante, visando à contribuição para o aprofundamento da dimensão teórico-prática. A supervisão direta representa um espaço de escuta, de compartilhamento de experiência, saberes, reflexões e conhecimentos adquiridos na realidade do estágio. Vale destacar que a profissional possui autonomia para escolher se quer ser supervisora de campo ou não.

No sentido de buscar garantir a unidade teoria e prática na defesa da formação e do trabalho profissional, as entidades representativas do Serviço Social – o Conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO –, estão sempre em contato para traçarem estratégias construídas a partir das demandas trazidas por cada entidade. Este movimento se processa sempre na direção da articulação entre as mesmas, preservando suas funções precípuas, como condição estratégica fundamental das ações político-pedagógicas e jurídicas. Um exemplo claro desta articulação é a participação da ABEPSS e da ENESSO nas Comissões de Formação dos CRESS.

A resolução também apresenta as orientações para possíveis erros que comprometam a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A cartilha do CFESS “Meia formação não garante um direito” descreve as principais falhas dessa relação, tais como imprecisões sobre a carga horária mínima para o estágio em relação à

carga horária total do curso, incerteza das instituições nas informações sobre o total de horas de estágio e falsificação de documentos. A resolução também apresenta orientações quanto a supervisoras com registro de CRESS de outra área de jurisdição de sua atuação ou insuficiência de informações aos CRESS sobre os campos de estágio.

“O estágio em Serviço Social tem características bem específicas, que não vemos em outras profissões. Exatamente pelo caráter de supervisão direta. É importante entender e informar para outros profissionais do espaço sócio ocupacional, que o estagiário não está na instituição para ‘desafogar’ demanda, contribuir com atividades meramente administrativas ou para suprir deficiência de pessoal. Mas para experienciar o exercício profissional em campo, articular os conhecimentos teóricos com a prática profissional, desenvolver as três dimensões da formação profissional, quais sejam, teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa. A formação crítica deve perpassar o campo de estágio”, explica a conselheira do CRESS Camilla Muniz.

Assim como a supervisora de campo, a supervisora acadêmica deve possuir vínculo estabelecido com a instituição de ensino onde irá acompanhar a aluna nas questões relativas ao estágio realizado no campo sob orientação de outra profissional. Sem estas condições não se configura o estágio em Serviço Social.

“Muitas vezes lidamos com o cotidiano profissional de forma automatizada e naturalizada. É nesse momento que a estagiária cumpre exatamente esse papel de fazer com que olhemos para as demandas e respostas profissionais por outro ângulo. Um dos maiores desafios é contribuir para a formação profissional crítica. Comprometida com os princípios do Código de Ética, as competências e atribuições privativas, em um cenário de precarização das relações de trabalho, restrições de direitos e contrarreformas, em que a nossa autonomia profissional se torna ainda mais relativa”, detalha a assistente social, que também é supervisora de campo.

Seguir as etapas do estágio é fundamental para a qualidade da experiência. Num primeiro momento, mesmo havendo diferenças entre as unidades de formação acadêmica (UFAs) quanto à quantidade de semestres de estágio – variando entre três e quatro –, é necessário

que a estagiária realize a análise institucional para que entenda a política social na qual está inserida, suas correlações de forças e de que forma elas interferem na atuação profissional. Além de conhecer o perfil da população, para desenvolver pesquisas sobre esta população e produzir conhecimento sobre a atuação profissional. No decorrer, as estagiárias devem elaborar um projeto de intervenção que de fato possa vir a ser posto em prática e contribuir com a instituição/política. E, por fim, avaliar aquilo que foi planejado e implementado, avaliação essa que, por muitas vezes, pode ser negligenciada no cotidiano profissional.

A aluna do sexto período da UFRJ Celina Dias relata que, através das observações diárias, percebe o quanto é possível ter uma atuação tendo como norte o Projeto Ético Político Profissional.

“Um fator crucial para o sucesso da experiência de estágio consiste no fato de os supervisores do meu campo de estágio estarem inseridos no Projeto de Assessoria via Extensão Universitária, no qual uma professora pesquisadora presta assessoria aos supervisores do INSS. Há uma grande aproximação e articulação entre assistentes sociais da instituição e a universidade. E eles estão sempre atentos a possíveis irregularidades, sempre em total consonância com a política de estágio da ABEPSS. Outro ponto importante é a realização da avaliação do aluno por parte do supervisor ao fim do período, pois oferece a possibilidade de se rever o conteúdo passado em sala de aula, no sentido de sugerir temas para serem abordados no próximo semestre”, afirma a estudante.



## Análise de conjuntura

# O ciclo se modifica e exige novas batalhas

**H**istoricamente a cada três anos, no dia 15 de maio, o Conjunto CFESS/CRESS realiza a renovação dos ciclos de suas gestões. Assim, em 2017, duas diretorias estiveram à frente dos trabalhos do Conselho do Rio de Janeiro. E para esta análise de conjuntura, Rodrigo Lima, assistente social e presidente da gestão “Contra a Corrente: a Luta Contínua (2014-2017)” e a também assistente social e atual presidenta, Dácia Teles, da gestão “Não temos tempo de temer (2017-2020)” realizaram apontamentos acerca dos principais eventos políticos do ano. Dessa forma, articulou-se o impacto das mudanças conjunturais que estão em disputa no cenário político brasileiro com as possibilidades no horizonte profissional da categoria.

A efervescência das manifestações da classe trabalhadora em concomitância com a direção dada à contrarreforma do Estado pelo governo golpista e ilegítimo foram marcas deste ciclo: o avanço do conservadorismo, o acirramento da luta de classes, os cortes nas políticas públicas e a necessidade da luta e da reorganização da classe trabalhadora.

O CRESS, enquanto entidade representativa, precisa estar atento ao movimento conjuntural e às suas consequências e, a partir desses apontamentos, orientar as assistentes sociais a conduzirem seu exercício profissional, baseadas nas competências

éticas e técnicas privativas da profissão. Foi assim, por exemplo, que surgiu o termo de orientação: ‘Atuação profissional na realização de Visitas Domiciliares quando requisitadas a assistentes sociais’, em março de 2017.

Nessa perspectiva, Rodrigo ressalta que o Conselho tem pela frente um cenário de desmonte das políticas públicas, com servidoras ameaçadas, seja pelo atraso salarial, ou pelo possível corte no quadro de funcionárias. Além disso, há contratos de trabalho, mesmo que flexibilizados, de Organizações Sociais (OSs), Organizações não Governamentais (ONGs) e outras entidades sendo extintos. E ainda, face às propostas que o governo federal se articula para enviar ao Congresso, uma possível onda de privatizações de empresas e serviços públicos.

“Isso tem impacto direto, não somente na vida de assistentes sociais, mas no cotidiano profissional, e esses desdobramentos chegam ao Conselho. Então, os desafios políticos hoje nos obrigam a usar não apenas a criatividade, mas a capacidade política de reaglutinar assistentes sociais em torno de um projeto de defesa do Conjunto. Dessa maneira, devemos buscar outras formas de mobilização política, que vão além do CRESS”, afirma.

Para isso, Rodrigo destaca que por parte da diretoria é preciso ter atitude, disponibilidade, e, no horizonte, a defesa de um projeto político convincente, entendendo o CRESS como patrimônio da categoria.

“As gestões estão vindo para o CRESS imbuídas dessa perspectiva, com consciência crítica. A transição da gestão ‘Contra a

Corrente: a Luta contínua (2014-2017)’ para a gestão ‘Não temos tempo de temer (2017-2020)’ mostrou isso”, destaca.

Por outro lado, é necessário estar sintonizado aos desdobramentos próprios de cada momento histórico. Dácia, ao analisar esse rebatimento na classe trabalhadora, esmiúça o corte de orçamento público nas políticas sociais, nas quais as assistentes sociais estão inseridas, como por exemplo a saúde, a assistência social e a educação, sendo uma das formas de precarização das políticas públicas.

De acordo com informações do Ministério do Planejamento levantadas pelo jornal ‘Valor Econômico’, o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” teve investimento de R\$ 20,7 bilhões em 2015. No ano seguinte, esse montante caiu para R\$ 7,9 bilhões. E até o início do segundo semestre de 2017, o repasse ficou em apenas R\$ 1,8 bilhão. Em que pese as disputas de projeto societário, o Projeto Ético-Político desta profissão que tem como norte a democratização da riqueza socialmente produzida aponta que, esse corte impacta diretamente as famílias que historicamente são exploradas face à formação sócio histórica brasileira, principalmente da população negra.

“Essa dinâmica tem um rebatimento terrível, não somente nas condições de trabalho. Interfere na precarização dos serviços, e também na própria abordagem do Estado. Eu avalio que hoje, sem dúvida, uma das nossas bandeiras precisa ser a defesa das políticas públicas, como por exemplo, a de



**“Nosso país mata negro, mata pobre, mata homossexual, e as mulheres continuam sendo violentadas. Pior é que se cria uma naturalização, uma banalização dessas violências, além da luta ideológica nas redes sociais”**

**Dácia Teles**



assistência social. De fato ela está ameaçada, não somente pela redução do orçamento, mas pelo próprio modelo de Estado que se pretende para a população pobre”.

Ainda de acordo com Dácia, ao pensar sobre a perspectiva do momento atual, tudo indica que vamos lidar com aumento crescente do desemprego e uma perda ainda maior dos direitos conquistados coletivamente. Mas a saída “é a reorganização dos trabalhadores”.

“Esse é um dos aspectos dessa conjuntura que precisamos olhar no CRESS, porque estamos num momento muito perverso de crescente acirramento de classes, que talvez possa direcionar uma oportunidade, em termos de reação da classe trabalhadora”, explica.

“O Conselho, a despeito do papel e do compromisso ético político assumido, é um braço do Estado, portanto, possui seus limites, sendo necessário contarmos e ocuparmos outros espaços de organização política. É preciso muito discernimento para buscar esse caminho, pois, temos algumas organizações débeis, que não representam os interesses da classe trabalhadora”, chama a atenção.

### Os reflexos na categoria

No crescimento de práticas reacionárias e conservadoras, outro elemento se adiciona a esse fenômeno: a velocidade de propagação dessas ideias por meio das redes sociais. Ainda há no imaginário certa noção da utilização dessas ferramentas como livre de qualquer responsabilidade. Dessa forma, discursos de ódios, racistas e homofóbicos ganham visibilidade, sem que se leve em consideração nenhuma forma de análise crítica da realidade.

“Existem essas expressões de retomada do conservadorismo e de intolerância também. Quando vemos as questões das discriminações percebemos que precisamos fazer um trabalho pedagógico junto à própria categoria, para reiterar que essa profissão condena e abole a questão do racismo, das discriminações e das intolerâncias. Talvez porque sejamos atravessados por uma lógica dos mecanismos ideológicos, do individualismo, dessa ideia do consumo. As pessoas ficam nesse processo de cobrança e de denunciamento. Com as redes sociais vemos o quanto há de verniz, no qual as pessoas viram especialistas de qualquer coisa no momento. Passam a criticar duramente, sem se preocupar em embasar onde aquilo se ancora na realidade. Porém, ao mesmo tempo em que aquela indignação vem tão forte, ela se dissipa”, aponta Dácia.

Para Rodrigo Lima, o mundo está mais conservador. Por exemplo, há pessoas

defendendo ideias que vêm na onda liberal-radical, que flerta com a direita, com concepções mais extremistas de Estado, e que criam barreiras para enfrentar a questão dos refugiados e dos imigrantes.

“Nosso país mata negro, mata pobre, mata homossexual, e as mulheres continuam sendo violentadas. Pior é que se cria uma naturalização, uma banalização dessas violências, além da luta ideológica nas redes sociais. Isso tudo gera um impacto muito grande para a sociedade”, avalia.

### O caminho de enfrentamento

Apesar de o horizonte não revelar um quadro favorável às trabalhadoras, com taxas de desemprego, que em 2017 atingiram mais de 13 milhões de pessoas e colocando quase um milhão no mercado informal, há possibilidades.

“Temos refletido muito sobre o necessário retorno dos trabalhos de base. É voltar a esse processo pedagógico para estimular a participação e organização com grupos nos seus espaços e territórios, para podermos fazer trocas, orientações e definirmos quais temas interessam à categoria. Essa natureza de trabalhos é crucial, sobretudo porque este é um contexto de crise, de desmantelamento de direitos, de retrocessos”, relata Dácia.

Nesta direção ético-política, o CRESS Rio de Janeiro vem se destacando, em nível nacional, por suas posturas políticas afinadas com as perspectivas e fundamentos desta profissão, mas também por sua vanguarda na realização de eventos que articulem a formação e o trabalho profissional, tais como as Rodas de Conversa que representam ações de orientação e formação continuada. Igualmente, no mês em comemoração ao dia da assistente social, Mês de Maio, foram realizados 22 minicursos ministrados por profissionais com competência nas temáticas, trazendo temas como: sigilo profissional; instrumentos e técnicas; supervisão acadêmica e de campo; impactos da reconfiguração do Estado sobre o exercício profissional; gênero, etnia, diversidade sexual e exercício profissional. Também ao longo do mês comemorativo, foram realizados 3 seminários tendo um tema unificador, “Serviço Social em tempos de conservadorismo e reacionarismo”.

Em termos de material impresso, a confecção da cartilha “Diferenças das atribuições entre Conselhos profissionais e Sindicatos” e as Edições do Jornal Práxis, o qual é remetido via correio a toda a categoria inscrita, atingiu em torno de 17000 pessoas,

entre profissionais de Serviço Social e áreas afins.

Igualmente, o CRESS RJ esteve presente em diversas audiências na ALERJ, se posicionando em defesa das trabalhadoras. Nossas representações dos diversos conselhos de política e de direitos, tais como Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-RJ), Representação do CRESS no Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) e no Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSPERJ) e Representação do CRESS no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (que o CRESS, inclusive, já presidiu) são ações significativas no que tange às disputas políticas articuladas aos movimentos sociais. Sem mencionar os vários atos públicos nos quais estávamos representando nossa categoria, inclusive com fala aberta à manifestação.

A Política de Nucleação também foi outro elemento central para a descentralização das ações do CRESS. Esta, iniciada em 2012, teve um grande impulsionamento na gestão 2014-2017 e continuará na atual gestão sendo um dos focos da atuação. Por isso, através dos Núcleos, entre maio e dezembro de 2017, foram realizadas diversas ações, inclusive o I Seminário do Núcleo Maria Conga e Andorinhas, em Novembro na Escola de Serviço Social da UFF.

Rodrigo também segue a perspectiva de Dácia e aponta o trabalho de base para retomar o contato entre as trabalhadoras. Embora sem aproximação a um debate político mais crítico e abrangente, a população sente a necessidade de uma sociedade mais igualitária e justa. Ou seja, de maneira criativa são as construções e articulações capazes de se derrubar a velha ordem e criar novos rumos.

“Essa criatividade, que não é abstrata, não é a da pessoa com a capacidade de pensar em coisas inovadoras, como uma peça de marketing. Mas é uma criatividade de se reinventar, mesmo em determinados espaços. Começar a fazer um trabalho de formiguinha, com uma pequena quantidade de assistentes sociais, mas tentando mobilizar, para fazer dos núcleos e das comissões temáticas, espaços de mobilização”, realça.

Nesse caminho, o CRESS convida todas as profissionais a ocuparem os espaços do Conselho, seja por meio das comissões temáticas e regimentais, nos núcleos ou pelos seminários e minicursos oferecidos, na direção de nos fortalecermos enquanto categoria para as diversas lutas que enfrentaremos neste 2018, já com tanta efervescência conjuntural.

# SECCIONAIS



**Volta Redonda**

## Ano marcado por intensos ataques à classe trabalhadora

A gestão "As lutas se constroem nos becos sem saída" se colocou lado a lado com as profissionais da região Sul Fluminense. Realizou atividades pela Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS), como as rodas de conversa sobre Transfobia e Exercício Profissional, Visibilidade Lésbica e Resistência étnico-racial: enfrentamentos cotidianos frente à ofensiva conservadora. Além das reuniões de apresentação da comissão e de planejamento para 2018.

"Este ano foi marcado por intensas agressões contra os direitos conquistados pela classe trabalhadora e pelos desafios impostos às assistentes sociais. Nós assistimos a retrocessos sem precedentes no orçamento público, que terão sérios rebatimentos nas gerações futuras de profissionais e dos nossos usuários e, ao mesmo tempo, presenciamos diversas formas de lutas contra o estado de coisas que vem sendo imposto a nós, por um governo ilegítimo e sem base alguma para realizar as contrarreformas que tem proposto", ressalta Gleydson Paiva, coordenador da Seccional.

No que tange à Comissão de Seguridade Social, a gestão organizou uma roda de conversa sobre os desafios da Política de Assistência Social e reuniões de discussão sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) visitou o Hospital Geral da Japuiba, além de realizar reuniões com o objetivo de atender e responder às demandas profissionais.

"Propusemos a reativação qualitativa das atividades de nucleação da Seccional, ao realizarmos dois encontros no Núcleo Costa Verde e o primeiro encontro do Núcleo Agulhas Negras, além da reunião de planejamento para a reorganização do Núcleo Centro Sul", relembra.

Ele ainda avalia que os próximos anos serão recheados de novos ataques, principalmente contra a Previdência Social, que teve a votação de sua contrarreforma adiada.

"Teremos que contar cada vez mais com o avanço da organização e a tomada de consciência de nossa classe, de que teremos que superar essas situações. E por isso, reafirmamos que nossa gestão está e estará comprometida com a necessidade de horizontalização da política e a construção de uma sociedade que supere os antagonismos impostos pela ordem do capital", analisa.



**Campos dos Goytacazes**

## Balanço das ações e propostas de trabalho para 2018

Os ataques realizados contra a classe trabalhadora, com a aprovação da reforma trabalhista e as propostas da contrarreforma da previdência, entre outras medidas, colocaram a gestão "Lutar sem temer" frente a novos desafios. Esse contexto foi o mote da direção, que unificou forças com outras entidades, e movimentos sociais que lutam pelos direitos da classe trabalhadora, para estarem nas ruas e nas greves convocadas pelas organizações de esquerda.

"Fomos também convidadas a ministrar palestras na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Câmara de Vereadores de Campos, sobre os impactos da contrarreforma da previdência. No mês de maio, nosso seminário foi composto por representantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e do Movimento dos Agricultores do Açú, em São João da Barra", afirma Eliana Feres, coordenadora da Seccional.

Ainda de acordo com a assistente social, a nova gestão municipal, sob a desculpa do déficit orçamentário, fechou o restaurante popular, acabou com a passagem a R\$ 1,00 e modificou os critérios de acesso ao programa social Cheque Cidadão. Em face disto, a luta da Seccional foi intensa, convocando a sociedade civil para um posicionamento contrário via moção de repúdio sobre essas mudanças.

Eliana ainda acrescenta a realização junto à categoria de debates, sobre o termo de orientação de visita domiciliar e destaca a realização do II Seminário de Saúde Mental em parceria com a UFF/Campos, e Coordenação da Saúde Mental de Campos, com a participação de profissionais da Região sobre reforma psiquiátrica.

Também em parceria com a UFF/Campos através do GRIPESSE e Coordenação do Serviço Social do HGG, a Seccional organizou o curso "Entre o adoecimento social e o modelo biomédico assistencial: o trabalho da assistente social nos hospitais".

"Realizamos em parceria com a Gestão do Trabalho, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Humano e CRP, o I Encontro Intersetorial entre a Assistência Social e a área Sócio-Jurídica. Nele discutimos o disque 100; a atuação de cada ente nos casos da averiguação de denúncias; a judicialização da Assistência Social e, além disso, criamos um Grupo de Trabalho (GT) para pensar essas questões".

Em Macaé, a Seccional contribuiu para a criação do Fórum de Trabalhadores do SUAS, trazendo para reunião de construção representantes do CFESS, do Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS (FETSUAS) e do Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS/Itaguaí (FMTSUAS/Itaguaí). Na COFI, foram realizadas visitas programadas a profissionais da política de assistência social na cidade e em Rio das Ostras, com discussões sobre o trabalho e as condições éticas e técnicas para garantia do sigilo profissional.

Para 2018, a Seccional irá continuar na luta por um Serviço Social qualificado. Além de fortalecer as atividades dos núcleos da Região e das comissões temáticas.

"Temos muito a lutar, sendo importante reforçar a necessidade da presença de toda a categoria nas diversas formas de organização e lutas, seja nas ruas ou nas atividades da Seccional Norte Fluminense. Convidamos a todas em 2018, a lutar sem temer!".





## A importância de se falar sobre o racismo religioso

**O**s recentes ataques aos templos de religiões de matrizes africanas, principalmente de Candomblé e de Umbanda, no Rio de Janeiro trazem à tona uma das dimensões do racismo: a chamada intolerância religiosa. De acordo com o Disque 100, canal do Ministério dos Direitos Humanos, entre janeiro de 2015 e junho de 2017 foram 1486 denúncias que englobam desde agressão, física e verbal, à destruição de locais religiosos. Apenas no primeiro semestre de 2017, 169 agressões chegaram a órgãos oficiais. Apesar desses números, essa realidade ainda é subnotificada e diversas situações similares antes eram apenas tipificadas como furto ou roubo.

Essa prática faz parte de um racismo cultural religioso que tem crescido nas últimas décadas. A assistente social Marlise Vinagre tem pesquisado essa questão nos últimos anos. Ela explica que esses ataques são decorrentes da própria forma de organização da estrutura social. Suas raízes remetem ao modo de produção escravista, que durou aproximadamente três séculos e meio no Brasil, sendo o escravismo base estruturante para a intensificação e ampliação do capitalismo.

Ou seja, toda a produção epistêmica, cultural e religiosa da população negra ficou marcada por visões e práticas de descrédito, desconfiança e inferiorização. E no bojo desse conjunto, a tradição das religiões de matrizes africanas é um dos alvos a sofrer ataques.

"Nós temos observado que nos últimos anos, mais precisamente nessa última década, vem crescendo um conjunto de práticas discriminatórias contra templos e adeptos de religiões de matriz africana. É neste contexto que se intensifica a prática de intolerância e ódio contra determinados grupos na sociedade. Eu não consigo desvincular a chamada prática da intolerância religiosa do conjunto das ideologias e das práticas de ódio contra determinados grupos. E que, especificamente em relação a religiões chamadas de matriz africana, essa prática de ódio e terrorismo contra diferentes formas de resistência à cultura hegemônica eurocêntrica, se reverte em prática de 'demonização', de desqualificação. Sempre no sentido de invisibilizar e de negar grande parte do legado desses grupos", analisa.

Ainda de acordo com Marlise, essas práticas de demonização podem começar com atitudes de desqualificação, invisibilização e ou desafrikanização. Até chegar a agressões físicas e verbais, assassinatos, depredação ou incêndio de templos. Mas sempre estão associadas a uma conduta antiética de preconceito e discriminação racial, explicitando o não reconhecimento e respeito à riqueza da diversidade humana.

"A Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro recebeu, de agosto a outubro de 2017, 43 denúncias de intolerância religiosa. Esses números são subnotificados, pois na maioria das vezes, as denúncias ocorrem em regiões de periferias dominadas pelo tráfico ou milícia. Há um medo muito grande de se denunciar. Esmiuçando as especificações dessas 43 denúncias, uma é de kardecista, uma de adeptos de religiões protestantes, duas contra islâmica e 39 de adeptos a religiões de matriz africana. Incluindo-se aí, Umbanda e Candomblé. Ou seja, de 43 denúncias, 39, que correspondem a 90% do total de denúncias recebidas no Rio de Janeiro, dizem respeito às religiões de matriz africana. É um número alarmante de violência epidêmica e de um racismo cultural etno-epistêmico", ilustra.

Desse panorama geral, a assistente social conclui que não se trata de intolerância religiosa estritamente, mas de um racismo cultural religioso, onde se rejeita o patrimônio cultural desses grupos. E com isso, excluem-se também outros símbolos: recusam-se o maracatu, o maculelê, o jongo, o acarajé, o samba e a capoeira.

Marlise vai além nessa análise, informando que determinado segmento religioso tem se apropriado de símbolos negros numa tentativa de descaracterizar. Por exemplo, o acarajé, que é um alimento de origem africana, sagrado e dedicado a uma divindade (Iansã), foi apropriado e está sendo comercializado sob outra denominação por outros segmentos religiosos, que utilizam a mesma receita, mas deturpando sua origem cultural e religiosa, seus fundamentos de devoção ao Orixá.

"Então você pode até consumir esses símbolos, sendo pertencentes a esses segmentos intolerantes, desde que sejam ressignificados. Isso, para mim, é genocídio cultural. Se você entender que há todo um investimento em uma semiótica do combate



Assistente social Marlise Vinagre

e do assassinato cultural, você pode dizer que é genocídio e é também uma prática de terrorismo. Isso visa exterminar com um patrimônio étnico do povo de terreiro. E, do ponto de vista ético, podemos dizer que é um ataque à liberdade e à democracia".

Entendido dessa forma, Marlise continua, cabe à assistente social se preocupar com essa questão, e se colocar contra o chamado racismo cultural e religioso. Porque fere, inclusive, os princípios e os valores da profissão.

"Eu fiz uma palestra sobre o racismo cultural religioso nas favelas. Nas reuniões dos movimentos negros, de favela e de periferia, você ouve os depoimentos, e todos dizendo assim: 'há uma intolerância em relação aos terreiros nas favelas'. Eu ouvi de um morador de uma favela: 'várias pessoas não são convertidas, mas usam a bíblia para não serem mortas, para escapar da violência. Porque o tráfico poupa, entende que é convertido e a polícia também'. O Judiciário enxerga o uso da bíblia como um atenuante, ou como um pretenso atenuante", relata.

Defender os princípios profissionais não é uma questão de singularidades e particularidades. Não diz respeito às questões individuais, mas está na direção de defender o gênero humano, em todos os seus sentidos, na concretude das objetivações humanas em sociedade. Deste modo, a campanha "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo" representa um compromisso real com outro projeto societário.



## Como enfrentar o racismo institucional

**N**a história dos aparelhos estatais e das instituições no Brasil, existe um fato que não pode ser deixado de fora: os mais de três séculos de escravização de afrodescendentes. Ou seja, desde o Período Colonial à República, a modelagem da estrutura social baseada no racismo nunca esteve de fora das esferas de poder. Considerar o judiciário, a educação e a família, por exemplo, sem levar em consideração o alicerce do preconceito racial, é deixar de fora um dos pontos que fundaram o país. O racismo institucional é fruto dessas relações.

“Primeiro, pensar o racismo institucional, na minha concepção, é, antes de tudo, pensar a construção do racismo associado ao genocídio da população negra. O filósofo camaronês Achille Mbembe trabalha com a noção de necropoder, que é a “licença” de matar e não se tornar assassino. O Estado tem esse poder. Então, nesse sentido, a morte da população negra, desde a diáspora africana, vai ser legitimada pelo Estado. É a partir desse processo que vou interpretar o racismo institucional. Desse processo histórico que vem se perpetuando desde a era colonial, o marco que transformou homens em mercadorias em nível global”, explica seu ponto de vista a assistente social **Silvia Carvalho**.

Para ter um panorama geral sobre o racismo institucional, recentemente a BBC Brasil publicou uma matéria sobre como os explorados como escravos entravam na justiça e faziam poupança para lutar pela liberdade. Em 1883 a escravizada Rita, que não era considerada cidadã, teve que encarar toda uma série de barreiras para ir à justiça comprar sua alforria. As ações de liberdade não eram tarefas simples. Em primeiro lugar, era preciso um procurador para dar entrada no pedido, pois a maioria não sabia ler nem escrever e não tinham sobrenomes. Depois, uma indenização em espécie era estipulada pela justiça ao antigo proprietário. Pelo menos Rita, ao final de mais três anos conquistou a liberdade. Mesmo assim, o caso dela era exceção.



Assistente social **Silvia Carvalho**

Exatos cento e trinta anos depois, Rafael Braga, que trabalhava como catador de material reciclável nas ruas do Centro do Rio, teve sua dura rotina repentinamente modificada em 20 de junho de 2013. O morador da Vila Cruzeiro realizava seu fazer cotidiano no mesmo dia em que acontecia a maior manifestação da cidade contra o aumento das tarifas de ônibus. Rafael, jovem negro, que foi apreendido com uma garrafa de produto de limpeza e algumas flanelas, foi preso sob a acusação de portar material explosivo. Em dezembro do mesmo ano, Rafael foi condenado a 5 anos e 10 meses de prisão. Ele continua atrás das grades.

“O Estado sempre deu respaldo desde o período colonial ao descrédito em relação aos negros. O que vai possibilitar o *status quo* da sociedade brasileira é exatamente essa herança. Quando se olha para o Congresso, para os homens que fazem as leis, para as universidades quem está lá são os ‘eurodescendentes’. Aqui (Brasil) essa é a forma de se manter no poder e o Estado é o braço direito da elite”.

Silvia que é pesquisadora do núcleo NEGRA da UERJ-FFP e doutoranda em

Serviço Social pela UFRJ, estudou os autos de resistência, a partir da ótica da necropolítica. Essa ocorrência funciona da seguinte forma: o policial mata o suposto “culpado”, alegando legítima defesa porque houve resistência à voz de prisão. Na delegacia, o episódio é registrado, tendo como testemunhas os próprios agentes que participaram da ação. Ou seja, um crime que tem grandes chances de nunca ser investigado.

“O Estado é a expressão da sociedade, não é algo abstrato. Seus dirigentes vivem em sociedade. Quando era governador, Sérgio Cabral deu uma declaração afirmando que as mulheres da favela têm no útero uma fábrica de produzir marginais e, por isso, concordava com a descriminalização do aborto. Ou seja, é necessário que favelados/negros sejam impedidos de nascer, pois, para ele diminuiria a violência no Rio de Janeiro. Isso é genocídio, é necropoder”, afirma.

Para Silvia, o Serviço Social deve estar atento porque, por mais que exista uma concepção de sistema de proteção social que ainda em sua letra da lei aponte para a universalidade, como no caso das políticas sociais de educação e saúde, por exemplo, enquanto existir uma sociedade racista, as práticas também irão refletir esse traço.

“Precisamos de profissionais que tenham condições de entender, ter essa concepção de como o racismo foi construído em nossa sociedade e o quanto somos alienados nesse processo e a formação profissional cumpre um papel fundamental. Por isso, a importância de se implementar a Lei 10.639 desde o ensino fundamental até a formação profissional. Até porque, em diversas situações, as profissionais não se dão conta de que o racismo pode estar sendo praticado num atendimento ao usuário. Na academia, no sistema de saúde, nas políticas públicas, todos os meios sociais refletem o racismo por conta da base da formação social brasileira”, aponta.



# Maio

# MÊS DA ASSISTENTE SOCIAL

## OCUPAR, LUTAR E RESISTIR!

**E**m tempos de retrocessos históricos, barbárie, conservadorismo e desmonte das políticas sociais, pensar os impactos destes processos para a profissão e para a nossa população usuária é para além de um desafio: é um dever! Por isso, durante o mês em que o Serviço Social faz memória a sua regulamentação profissional, assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro dedicam um mês inteiro para si, não só para comemorar, mas para refletir sobre sua atuação profissional e sobre o cenário nacional como um todo. A atual conjuntura aponta que, mais do que nunca, é necessário Ocupar, Lutar e Resistir! Pois Não Temos Tempo de Temer!

Em 2018, o Mês de Maio tem um significado ainda maior. Este ano, comemoramos os 25 anos do nosso Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação Profissional (1993) e também os 25 anos da Lei Orgânica da Assistência Social (1993). E, para darmos visibilidades a estes marcos históricos tão caros para nossa categoria, realizaremos no dia 15 de maio o Seminário **“O Trabalho da Assistente Social em Defesa dos Direitos: Ocupar, Lutar e Resistir!”**, relacionando os debates com as competências e atribuições profissionais, suas conexões com as políticas sociais e com a conjuntura.

Em no dia 16 acontecerá o **II Seminário Estadual de Assistência Social**, com o mote: “Precarização do Trabalho e Judicialização do SUAS: desafios ao exercício profissional na Política de Assistência Social”.

Como já vem ocorrendo em edições anteriores, serão realizados minicursos por todo o estado: na sede do Conselho, nas Seccionais e nas regiões dos Núcleos, com temas e locais previamente selecionados pela própria categoria.

### Os minicursos não serão cobrados!

Uma ótima oportunidade de reforçarmos o nosso compromisso com o princípio ético que prevê o constante aprimoramento intelectual, com vistas ao nosso compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

### Inscrições

As inscrições para os minicursos e seminários serão gratuitas. Elas podem ser realizadas, a partir do dia 16 de abril, pelo site de eventos do Conselho [www.eventoscressrj.org.br](http://www.eventoscressrj.org.br)

Vagas limitadas. Serão emitidos certificados de participação.

**PARTICIPE DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MAIO!**

**#OCUPA  
CRESS**

## PROGRAMAÇÃO DE MAIO



## MINICURSOS

**RIO DE JANEIRO – SEDE às 17h:** R. México 41, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro

CÓD.	DATA	MINICURSOS	DOCENTES
4	07/05	Assistência Social, Drogas e Ética Profissional	Elizabeth Souza de Oliveira
6	09/05	Supervisão de Estágio e Serviço Social	Simone Eliza do Carmo Lessa
8	10/05	Os direitos da população LGBT face ao retrocesso da laicidade do Estado Brasileiro	Charles Vieira de Araújo
10	18/05	Projeto Ético-Político e Cargos de Gestão – um debate necessário	Mariana Setúbal Janaina Bilate
12	21/05	Processo de trabalho em saúde do Serviço Social no Nasf e Caps	Luciana Cristina Teixeira da Silva
14	22/05	Serviço Social e Violência Contra Criança e Adolescente	Mariana Setúbal Dolores Lima da Costa Vidal
17	23/05	O Sigilo Profissional frente aos instrumentos e as condições éticas e técnicas de trabalho do assistente social	Agentes fiscais
24	29/05	Estudos, laudos e pareceres sociais: desafios da interface entre as políticas públicas e o Sistema de Justiça	Márcia Nogueira
26	30/05	Organização Política do Serviço Social	Malú Vale

**SECCIONAL VOLTA REDONDA:**

R. General Oswaldo Pinto da Veiga, nº 350 / 1001-1003 – VI., Sta. Cecília, Pontual Shopping

CÓD.	DATA	HORÁRIO	MINICURSOS	DOCENTES
7	09/05	17h	Serviço Social e o direito de pessoas trans e travestis	Guilherme Silva de Almeida
20	25/05	17h	Serviço Social no campo da socioeducação	Daniele do Val Santa Bárbara
25	30/05	17h	Serviço Social e Educação	Carlos Felipe Nunes Moreira

**SECCIONAL CAMPOS DOS GOYTACAZES:**

R. 21 de Abril, nº 272 / 311 – Centro, Campos dos Goytacazes

CÓD.	DATA	HORÁRIO	MINICURSOS	DOCENTES
9	10/05	14h	Diversidade de Gênero e Sexualidade – reflexões sobre as Políticas Públicas e o Público das Políticas	Paulo Santos Freitas Júnior Rafael França Gonçalves dos Santos
22	28/05	14h	Proteção Social e Combate à Pobreza	Valter Martins

**NÚCLEOS**

CÓD.	DATA	HORÁRIO	MINICURSOS	DOCENTES	LOCAIS
1	02/05	14h	Questão Urbana e o Serviço Social	Caroline Rodrigues da Silva	<b>Núcleo Arco Verde</b> Universidade Castelo Branco: Av. Santa Cruz, 1631 - Realengo,
2	03/05	14h	Controle Social e Conselho de Direitos	Gláucia Lelis Alves	<b>Núcleo Baixada</b> Casa de Cultura Nova Iguaçu: Travessa Moura Sá, 51, Nova Iguaçu

3	04/05	14h	Serviço Social e Visita Domiciliar	Francine Helfreich Coutinho dos Santos	<b>Núcleo Luta em Ascensão</b> Centro Cultural de Miguel Pereira Praça João XXIII, 99, Centro
5	08/05	14h	Ética profissional, laudos e pareceres	Andreia Cristina Alves Pequeno	<b>Núcleo Serra em Movimento</b> Local à definir
11	18/05	14h	A relação do exercício profissional com as normativas profissionais	Elias Azevedo da Silva Éder Frossard de Andrade	<b>Núcleo Costa Verde</b> Espaço INSS de Portas Abertas, entrada lateral do prédio do INSS Angra. R. Coronel Carvalho, nº 43 - Centro. Angra dos Reis/RJ. (Prox. a Caixa Econômica Federal e ao lado do SEBRAE)
13	21/05	14h	Projeto Ético-Político e Cargos de Gestão – um debate necessário	Janaina Bilate Dolores Lima da Costa Vidal	<b>Núcleo Josy Ramos</b> Universidade Estácio de Sá / Cabo Frio: Rod. Gen. Alfredo Bruno Gomes Martins, S/N, lote 19
15	22/05	17h	Estudos, Laudos e Pareceres	Tania Maria Dahmer Pereira	<b>Núcleo Agulhas Negras</b> Casa dos Conselhos Municipais de Resende: Av. Gustavo Jardim, 446, Centro
16	22/05	14h	Proteção Social e Combate à Pobreza	Valter Martins	<b>Núcleo Luta, Ética e Direitos</b> Cine Teatro Jaime Coelho: R. Prof. Lavaquial Biosca, s/n - Bairro Dirley Perlingeiro de Abreu, São Fidélis
18	23/05	14h	Sistematização da Experiência Profissional	Ney Luiz Teixeira de Almeida	<b>Núcleo Integração e Liberdade</b> IFF Campus Bom Jesus do Itabapoana - Parque do trevo R. Dario Vieira Borges, 235
19	24/05	14h	Desafios do Trabalho do Assistente Social no contexto de restrição de direitos	Carlos Antonio de Souza Moraes	<b>Núcleo Construção e Movimento</b> Auditório da Irmandade de São João Batista de Macaé - Praça Veríssimo de Mell - n. 391, Centro – Macaé
21	28/05	14h	Discriminação Racial e de Gênero: o que o Serviço Social tem a ver com isso?	Sandra Regina Vaz da Silva	<b>Núcleo Esterlina Ramos</b> Casa Claudio de Sousa - Praça Rui Barbosa, 5 - Centro, Petrópolis
23	29/05	14h	Perspectiva crítica do trabalho de assistentes sociais em abrigos	Natalia Figueiredo Rodrigo Lima	<b>Núcleo Maria Conga e Andorinhas</b> Escola de Serviço Social UFF/Niterói - R. Visc. do Rio Branco, s/n, Bloco E, Campus do Gragoatá, São Domingos, Niterói

## SEMINÁRIOS

DATA	HORÁRIO	SEMINÁRIO	DOCENTE	LOCAL
11/05	17h	Seminário Estadual em Comemoração ao Mês da Assistente Social – Luta da Classe Trabalhadora Frente ao Racismo Institucional	Roseli da Fonseca Rocha Paula Almeida Pereira	Seccional de Volta Redonda
15/05	15h	Dia Comemorativo da Assistente Social – O trabalho da Assistente Social em Defesa dos Direitos: Ocupar, Lutar e Resistir!	Ivanete Salette Boschetti Sara Granemann	Auditório 91 - UERJ
16/05	9h	Seminário Estadual de Assistência Social – Precarização do trabalho, judicialização do SUAS: desafios ao exercício profissional na política de Assistência Social	Ana Maria Vasconcelos Márcia Nogueira	Auditório 91- UERJ
17/05	17h	Seminário Estadual em Comemoração ao Mês da Assistente Social – Autonomia e Sigilo Profissional no trabalho de assistentes sociais	Carlos Antonio de Souza Moraes Charles Toniolo de Sousa	UFF de Campos dos Goytacazes

## História

# Dona Ivone Lara e o Serviço Social

**A**té a aposentadoria, ela se apresentava às pessoas como “Yvonne Lara, assistente social”, e não como cantora ou compositora, lembra a jornalista Mila Burns na biografia, de 2009, intitulada “Nasci para sonhar e cantar: Dona Ivone Lara... samba”.

Pioneira, em 1965, Dona Ivone já tinha feito história no samba. Foi a primeira mulher a assinar uma composição do enredo de escola de samba, como ela mesma apontou: “Antigamente, a mulher sofria mesmo muito preconceito. Quem assinava os sambas eram meus primos Fuleiro e Hélio. Minha família me proibia”, como cita a professora Graziela Scheffer autora da tese “Serviço Social, formação brasileira e questão social: na cadência do pioneirismo carioca”, apresentada ao Programa de Doutorado de Serviço Social (UFRJ).

Antes da aposentadoria, em 1974, já usando o nome Dona Ivone Lara, sem “y”, lançou seu primeiro disco solo, iniciando a consolidação de sua carreira artística.

Em 1977, quando se aposentou como assistente social no hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, Yvonne Lara da Costa decidiu assumir definitivamente sua *persona* sambista e partiu para conquistar o país com suas músicas e seu jeito brejeiro de cantar e dançar. A série de shows que fez com o cantor e compositor Roberto Ribeiro pelo Brasil, em 1978, dentro do projeto Pixinguinha, pode ser considerada a grande alavancada em sua carreira musical, que havia começado bem antes, no tempo em que mulheres não entravam na ala de compositores das escolas de samba.

Os caminhos traçados para a jovem negra, recém-saída de um colégio interno, órfã e criada pelos tios, não eram os que ela queria para si. Sempre em movimento, não estava em seus planos ser trabalhadora da fábrica de tecido Nova América, onde hoje funciona o Shopping Nova América no subúrbio de Del Castilho, no Rio de Janeiro. Ela queria enveredar pelos caminhos do samba, mostrando seu talento e criatividade para compor e cantar. Mas, mulher, negra e pobre,



**Minha Verdade**  
(Ivone Lara e Délcio Carvalho)

**Eu tenho a minha verdade  
Fruto de tanta maldade que já  
conheci  
Me deixa caminhar a minha  
vida  
Livremente  
O que desejo é pouco  
Pois não duro eternamente  
Nada poderá me afastar  
do que eu sou**

não via outra alternativa se não estudar. Ela mesma dizia que tinha estudado muito e já tinha para si exemplos de mulheres que se destacavam profissionalmente por esta via. Àquele momento, foi sua escolha para buscar o “sonho seu”!

No entanto, Dona Ivone Lara carrega outro legado: foi uma das primeiras assistentes sociais negras, que é identificada como herdeira do legado ancestral da resistência das mulheres negras em suas manifestações africanas no Rio “o samba, a capoeira, as danças de roda, a religiosidade da Umbanda”, como a qualifica a professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ, em sua pesquisa sobre as pioneiras do Serviço Social.

No Rio de Janeiro dos anos 1940, viu a oportunidade de fazer um curso superior gratuito e decidiu que cursaria enfermagem. Foi na Escola Anna Nery, onde a formação àquela época era voltada para a atuação na Segunda Guerra Mundial, sem vinculação religiosa, mas norteadas pelo apelo patriótico. Todavia, suas escolhas a apontavam para caminhos que ultrapassavam a dimensão dos cuidados biomédicos, optando por ser enfermeira-visitadora social.

Em seu texto para a revista Serviço Social e Sociedade, Professora Graziela Scheffer nos ajuda a identificar essa particularidade:

“Em seu estudo sobre as visitadoras



Graziela Scheffer autora da tese “Serviço Social, formação brasileira e questão social: na cadência do pioneirismo carioca”

sociais do Rio de Janeiro, ‘A colaboração lhe bate à porta... visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953), lançado pela EDUERJ, em 2013, Ana Lúcia Vieira aponta que esse trabalho era voltado para o registro do modo de vida dos trabalhadores. A formação profissional tinha forte ênfase nas técnicas de inquérito (entrevista) nos espaços intrafamiliares. Nessas visitas domiciliares, além de entrevistas em forma de “inquérito social”, elas determinavam hábitos de higiene e regras de conduta”.

No mesmo artigo, Graziela nos brinda com uma fala de Dona Ivone Lara que foi feita durante seu trabalho de enfermeira e depois de enfermeira visitadora-social:



"Porque tem uma coisa, a visitadora social não é supervisora, ela já não trabalha diretamente com o médico. Ela trabalha, sim, em prol do doente, atendendo às necessidades do doente e da família do doente. E justamente o Serviço Social já cuida dessa parte. É completamente diferente. E outras coisas mais. Agora, sendo que depois, com o Serviço Social, ele se expandiu mais, a gente fez mais coisas, foi aonde eu tive que fazer a pós-graduação, que era pra poder ter outros conhecimentos e fazer jus ao meu diploma de assistente social. [...] E eu já tava toda influenciada como assistente social, então eu quis ser assistente social."

### **Dona Ivone Lara e o surgimento do Serviço Social no Rio de Janeiro**

Em sua pesquisa acerca do surgimento do Serviço Social na cidade, Graziela aponta que este emerge de três braços centrais: o direito, a saúde e a educação.

"Em 1936, ocorreu o primeiro curso intensivo de Serviço Social promovido pelo Juizado de Menores, que formou 26 assistentes sociais. Entre essas profissionais, Maria Esolina Pinheiro, liderança do movimento laico da profissão. Em 1937 acontece oficialmente a criação da primeira Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, pela Igreja Católica, hoje seria a PUC-RIO. Em 1938 surge o segundo curso intensivo, que deu origem ao que hoje é o Curso de Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida, dirigido por Terezita Porto na época. Nesse mesmo ano, foi fundada Escola de Serviço Social da Anna Nery (UFRJ), articulada à formação de enfermagem. Em 1944, foi fundada a Escola Técnica de Serviço Social Cecy Dodsworth, atualmente Faculdade de Serviço Social da UERJ, fruto da militância de Maria Esolina Pinheiro pela educação laica, democrática e popular."

Dona Ivone é expressão do movimento de laicidade do serviço social, que começa a se dissociar da igreja. Ela formou-se em enfermagem em 1943. Classificada entre as dez primeiras da turma, foi admitida pelo Ministério da Saúde, indo trabalhar na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá. De 1945 até 1947 fez a faculdade de Serviço Social na escola Anna Nery. Na sequência foi admitida pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais e contratada pelo Hospital Gustavo Reidel, onde permaneceu até a aposentadoria. No mesmo ano que se forma assistente social casa com Oscar Costa, filho de Alfredo Costa, presidente da Escola de Samba Prazer da Serrinha e fica amiga

de ícones do samba como Aniceto, Mano Décio da Viola e Silas de Oliveira.

Passou toda sua vida profissional no campo da saúde mental, tendo o privilégio de ter trabalhado com a psiquiatra Nise da Silveira, que foi sua supervisora na unidade de saúde. Nise da Silveira foi uma das primeiras mulheres psiquiatra do Brasil, e ficou famosa pelo uso das artes plásticas em contraposição aos tratamentos de eletrochoques e lobotomia, usados na década 1950. Dona Ivone Lara, assistente social e enfermeira, trabalhou juntamente com a psiquiatra na época na implantação dos métodos artísticos na saúde mental. Também passou a realizar atividades musicais com os pacientes internados.

Mesmo tendo trabalhado por vários anos na saúde mental, ao lado da Dra. Nise da Silveira, Dona Ivone Lara é pouco mencionada como assistente social aposentada, ao passo que na enfermagem ela é considerada madrinha. Essa trajetória de Dona Ivone é resgatada pela professora e nesta edição especial do Praxis, ano em que o Código de Ética Profissional de 1993 faz 25 anos, que o Conselho Regional do Rio de Janeiro faz 55 anos e para reafirmarmos a campanha do triênio do Conjunto CFESS/CRESS, "Assistentes Sociais no combate ao Racismo", resgatar Dona Ivone Lara como assistente social tem um significado expressivo para a história da profissão, principalmente ao ser apontada também como "pioneira", pobre e negra, com família oriunda do subúrbio carioca.

Graziela nos aponta que Dona Ivone Lara foi da primeira geração de assistentes sociais que não seguiam o perfil da "primeira leva" - "composta por filhas de grandes fazendeiros, que perderam as suas fortunas com a crise do café e foram obrigadas a se inserir no mercado de trabalho. Elas vêm de uma alta classe e viram classe média. São mulheres que têm uma cultura, falavam idiomas, tocavam piano. Então a primeira geração é uma geração que vem desse caldo cultural, mas também decadentes. Quando abre o serviço social é um momento delas se projetarem, nas políticas sociais."

Em suas obras, a eterna Joia Rara expressava seu descontentamento

com a realidade social imposta, com letras marcadas pela luta e resistência. Aos 96 anos, Dona Ivone ainda é símbolo dessa resistência. Muito debilitada, não deixa de acompanhar sempre que pode, juntamente com o neto, André Lara, eventos do samba, como a 2ª Festa Literária do Samba e Resistência Cultural (FliSamba), realizada em julho de 2017, na qual recebeu, ao lado de Nelson Sargento, também outro ícone, a homenagem especial do evento.

A partir de sua obra, Graziela reafirma a necessidade de ainda nos debruçarmos sobre o legado histórico desta profissão, que traz algumas representações da resistência feminina contra os valores da sociabilidade burguesa reproduzidos estrutural e conjunturalmente.

"Dona Ivone representa, na história profissional, uma síntese da cultura carioca das mulheres negras no samba e do grupo de resistência laica liderado por Maria Esolina no Rio de Janeiro. É importante investirmo em estudos sobre fundamentos históricos aliados à análise dos processos de resistência da profissão" sintetiza a professora em depoimento exclusivo para o Praxis.

Na liberdade do sonho cantado por Dona Ivone fica a trajetória de uma mulher incrível, à frente do seu tempo, que cantava o samba e sambava o canto, ecoando sua voz em harmonia, "traz a pureza de um samba / sentido, marcado de mágoas de amor / um samba que mexe o corpo da gente / e o vento vaio

*Ivone Lara recebe uma homenagem dos médicos do Engenho de Dentro (acervo família da artista, s/d)*



## Rumos do Serviço Social

# Serviço Social e Terceiro Setor

**A**s Organizações Não-Governamentais (ONGs) surgem no Brasil na década de 1960. Em meio à ditadura empresarial-militar, essas instituições participaram ativamente do processo de redemocratização do país, junto com os movimentos sociais. Estes tinham também uma proposta de dar fim ao assistencialismo que imperava nas organizações filantrópicas vinculadas ao governo.

O rumo dessa história se redesenha a partir dos anos de 1990. O fim dos anos de chumbo, oficialmente em 1985, coincidiu com o avanço neoliberal no país e abriu a cisão nos rumos do terceiro setor. Em linhas gerais, os movimentos sociais progressistas continuaram na trilha de lutar questionando as esferas de poder instituídas. Mantiveram a busca por uma sociedade mais democrática e pela ampliação de direitos a toda classe trabalhadora.

Já o terceiro setor seguiu na direção de atuar nas brechas deixadas pelo governo, principalmente, nas áreas de assistência social, questões ambientais, educação e saúde dentre outros segmentos. Como são instituições juridicamente apontadas como sem fins lucrativos, estas contam com o financiamento das três esferas de governo, empresas e indivíduos. Juridicamente, as ONGs são definidas como uma associação civil ou fundação privada. Porém, nem toda instituição dessa natureza pode ser considerada ONG. Os Exemplos disso são hospitais, clubes, associações de moradores.

Nesta análise histórica do caminho percorrido pelas ONGs no país, a assistente social Crislaine Lima afirma que quando o Estado começa a cooptar parte dos movimentos sociais para o diálogo, uma parcela vai entender que essa articulação é necessária.

“Na verdade, temos organizações da sociedade civil buscando complementar e intervir sobre a realidade social de diversas formas. Existem organizações que fazem assessoria aos movimentos sociais e intervenções diretas na sociedade. Apesar de nascer do processo de redemocratização no Brasil, das lutas da classe trabalhadora, se tem uma cisão. Os movimentos sociais seguiram um caminho de não estarem vinculados ao Estado, busca uma autonomia na luta, de não estar servindo aos aparelhos estatais. E o terceiro setor vai buscar dialogar com o poder público nesse processo de intervenção. E aí



**“Quando se escolhe ser assistente social é escolher viver mobilizando o contraditório”**

**Crislaine Lima**

**Assistente Social da Fundação Gol de Letra**



nesse movimento nasce o que é considerado contraditório entre a ação de cada lado”.

A assistente social prossegue dizendo que a estratégia de dialogar, de estar mais próximo ao governo, pode ser interpretada como uma armadilha para o terceiro setor.

“Hoje esse limite do que é ONG e o que são movimentos sociais, apesar de surgirem no mesmo bojo, estão bem definidos. Porém, por dentro esse universo ainda possui diversos desafios. O terceiro setor é uma estratégia do capitalismo. E isso vai ter possibilidades e limites. Principalmente para o Serviço Social, porque quando se escolhe ser assistente social é escolher viver mobilizando o contraditório. Contudo, seja no Estado, no terceiro setor ou na empresa essa é a nossa realidade profissional. São espaços onde diversas forças estão atuando e é a direção política que você vai dar ao seu trabalho o pulo do gato”, afirma.

### Os desafios profissionais

De acordo com levantamento realizado, em 2016, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), existem hoje no país mais 400 mil entidades dessa natureza. E essa constelação de ONGs revela a complexidade do setor.

E por esse motivo, Crislaine chama a atenção para um fator: que as ONGs não sejam apaziguadoras, ou seja, que elas não acabem por desempenhar um papel de barreira para conter as demandas da classe trabalhadora na luta pelos seus direitos.

“Ainda existe a possibilidade de se retirar recursos que contemplem alguma demanda da classe trabalhadora. Porque, de alguma forma, nessa mediação se tem algum poder de barganha. Hoje existem os editais que as empresas e outros setores oferecem, podemos responder aos pré-requisitos e buscar trabalhar a possibilidade de desenvolver algo real, mais concreto para a população que está se atendendo nas brechas”.

Porém, critica Crislaine, outra confusão

que pode ser criada sobre o terceiro setor está relacionada a uma ideia de exercício profissional militante.

“Quando estou atuando numa organização da sociedade civil não sou militante. Eu vou seguir meu código de ética e a militância se faz em outro espaço. Pois isso às vezes se transforma numa armadilha: ficamos olhando essas entidades como porta de saída para um processo revolucionário. E não é. Assim como trabalhar na política pública também não é militância”, destaca.

### A atuação profissional

Há 13 anos no terceiro setor, Crislaine Lima atualmente trabalha na Fundação Gol de Letra, como coordenadora de Projetos Sociopedagógicos. Desde 2008 na instituição, a assistente social teve a oportunidade de atuar em diversos setores. De início, ela conta, existia um programa com o público alvo de adolescentes e crianças. Numa estratégia de promoção de educação integral.

“A intenção era criar um espaço comunitário para pensar a educação além da sala de aula. Com proposta de lazer, de esporte e de cultura que atendia, em média, 160 crianças de 07 a 15 anos”.

A Fundação nasce em São Paulo, em 1998, por iniciativa de dois ex-jogadores de futebol, Raí e Leonardo. Em seguida, o instituto chega a Niterói. Mas é apenas em 2006 que a transferência para a cidade do Rio de Janeiro acontece, sendo o bairro do Caju o território elegido. Durante a análise de possíveis locais, alguns aspectos foram levados em consideração.

“O bairro do Caju é escolhido por ter 33 mil moradores e seu território é 90% de favela. Além de não possuir nenhuma visibilidade nas políticas públicas, é visto como um bairro de descarte. Existe também uma concentração de empresas de

contêineres e quase 2/3 do território ocupado pelo cemitério. A fundação opta pelo local, pois naquele momento o bairro não tinha nenhuma instituição desenvolvendo trabalho no bairro. Começamos utilizando espaços cedidos pela associação de moradores, era uma quadra num ponto outra sala em outro”, relembra.

Nessa reestruturação, a assistente social foi convidada para fazer parte da gestão e desenvolvimento de projetos. Isso coincidiu com o aumento no número de projetos e atendimentos. “Conquistamos uma sala de atendimento individual, ampliamos os atendimentos, a articulação em rede, as reuniões com famílias e eventos. Mas já existia um trabalho forte com o Serviço Social que tinha sido interrompido nesse processo de mudança”, afirma Crislaine.

“O Serviço Social não tem linhas de financiamentos, ou seja, vai depender de repasses oriundos de outras políticas institucionais. Isso é um desafio porque limita as possibilidades de intervenção profissional. Nossa profissão é reconhecida no terceiro setor, mas ainda é preciso avançar”.

### É preciso outra perspectiva

Mesmo defendendo que o Estado tem que dar conta das políticas sociais, principalmente educação e seguridade social, o terceiro setor é uma realidade como espaço de trabalho das assistentes sociais.

“O Serviço Social pode dar uma direção interessante ao terceiro setor. Não olhar esse espaço como um lugar de disputa de projeto societário, é deixar de lado mais um campo de luta. Em diversos territórios do Rio os serviços públicos não chegam, assim como os trabalhos de diversas entidades da sociedade civil. Enquanto ficarmos do lado de fora dizendo ‘não’ sem entrar, sem disputar não vamos contribuir com o que o Serviço Social pode, na nossa direção política na qual acreditamos”, finaliza.

Foto: goldeletra.org.br





## Comissões temáticas

# A participação da base

**A** série de reportagens “Ocupa CRESS” desta edição irá abordar as comissões temáticas do Conselho. Um conjunto de 11 coletivos que abordam e discutem perspectivas de atuação de assistentes sociais, nos mais diversos campos sócio-ocupacionais, fazem parte de um leque de opções para que a base da categoria possa contribuir com a sua participação. São elas: Assistência Social, Comunicação e Cultura, Direito à Cidade, Direitos Humanos, Educação, Empresa, Formação Profissional, Gênero, Etnia e Diversidade Sexual, Previdência Social, Saúde e Sociojurídica.

Estas comissões foram criadas para proporcionar à categoria o aprofundamento de temas relacionados às políticas públicas e questões referentes ao exercício profissional, mas também resultam do interesse de assistentes sociais de base que se mobilizaram e reivindicavam junto ao Conselho um espaço com esse propósito, como são exemplos as Comissões de Direitos Humanos e de Empresa.

Participam, dos respectivos grupos, assistentes sociais da diretoria e da base, estudantes de Serviço Social, militantes, intelectuais e pessoas interessadas em dialogar. O objetivo dos encontros é promover debates e estudos, além de propor pareceres, cursos, seminários, pesquisas, dentre outras ações, levando sempre em consideração as mudanças da conjuntura política e das relações no mundo do trabalho, que nos impactam diretamente e nas demais trabalhadoras.

“Eu participo da Comissão de Assistência Social há bem pouco tempo. Iniciei em junho de 2017, a convite da Luciane Amaral, uma das diretoras da atual gestão. Não foi a primeira vez que recebi convites para participar, mas dava sempre a desculpa de que estava sem tempo,

pressionada pelas demandas de trabalho que apareceriam a qualquer hora e que nunca terminavam. Até que recebi o convite do CRESS para representá-lo no CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social). Diante desta responsabilidade, me senti na “obrigação” de não mais procrastinar esta oportunidade. Então, aqui estou, participando intensamente desta Comissão”, relembra a assistente social Alessandra Celita Fogaça.

O Serviço Social é uma profissão que tem como objeto de trabalho a questão social e suas diversas expressões. E, a partir destas relações, a categoria formula e implementa propostas para seu enfrentamento, por meio de sua atuação nas políticas sociais. A participação, envolvimento e troca dentro das comissões potencializam a reflexão sobre a atuação profissional, e contribui para o exercício profissional crítico e criativo, que articula as questões macroscópicas que atravessam o cotidiano profissional e sua intervenção.

“Sinceramente, no âmbito particular ou profissional, acredito que ninguém seja uma ilha. Somos seres relacionais e estamos sempre aprendendo, refletindo sobre nossas crenças, posicionamentos ideológicos e nossa práxis. Sendo assim, é fundamental trocar com quem está na ponta, na academia e/ou militância. E participar da Comissão proporciona isso, possibilita dar um salto na qualidade e atuação profissional, rebatendo positivamente no fortalecimento da categoria e das lutas, junto às trabalhadoras e usuárias das diversas políticas”, afirma Alessandra.

Na mesma linha de abordagem, a assistente social Adriana Dutra entende que estes espaços contribuem para a atualização de debates e pautas da categoria. E são mais uma possibilidade na organização coletiva das bandeiras de luta, que integram a agenda do Serviço Social e, de forma mais geral, da classe trabalhadora.

“Na medida em que encontramos outros profissionais com interesses e desafios semelhantes, isto nos fortalece e motiva a sairmos da postura fatalista e realmente construir ações direcionadas aos nossos objetivos. As Comissões facilitam muito a aproximação da profissional da base com o Conselho, isso a torna mais engajada com as questões afeitas à profissão. Penso que é um espaço no qual tanto a categoria, quanto o CRESS ganham muito”, afirma a integrante da Comissão de Direito à Cidade.

Ainda de acordo com Adriana, a vinculação com uma comissão contribui para qualificar o exercício profissional. Isso possibilita uma análise crítica de questões e temas que possuem relação com a sua atuação diária, como o direito à moradia, a desterritorialização de segmentos da população, a privatização de bens e serviços como a água, entre outros.

“No caso específico desta Comissão, a principal motivação para minha participação foi o meu objeto de estudo do doutorado, voltado para o exercício profissional de assistentes sociais em contextos de desastres. A questão das calamidades ainda é um assunto pouco abordado pelo Serviço Social, apesar de identificarmos uma intervenção frequente de assistentes sociais, especialmente após a ocorrência dos impactos ocasionados por esses eventos. Por ter como proposta pensar a organização do espaço urbano, qualificando

31/08 - às 18h

**RODA de CONVERSA**

**A VIOLÊNCIA DE ESTADO E MILITARIZAÇÃO DA VIDA**

Audatório CRESS  
R. México, 41/12º andar  
Centro. Ref: Metrô Cinelândia

- ELIZABETH OLIVEIRA - Assistente social da SMASDH; Conselho Estadual de Segurança Pública
- RUMBA GABRIEL - Movimento Popular de Favelas; Morador do Jacarezinho
- DANIEL LOZOVA - Núcleo de Direitos Humanos; Defensoria Pública

\* Serão emitidos certificados.

Conselho Regional de Serviço Social  
7ª Região

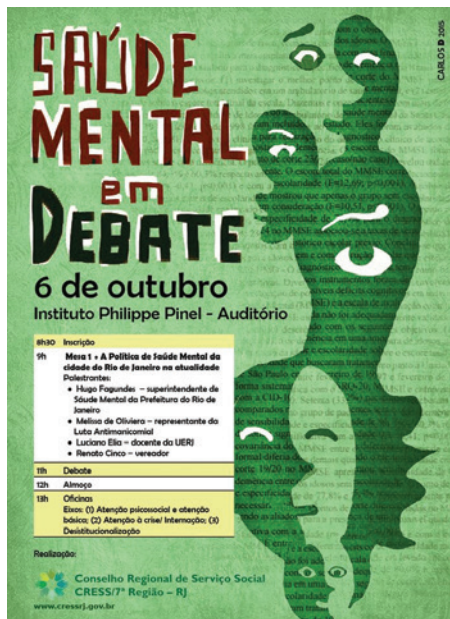
Comissão de Direitos Humanos  
www.cressrj.org.br



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
Roda de conversa:  
“Violência de Estado e Militarização da Vida”  
31 de agosto (2017)



COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
"Desmonte da política de assistência social, impacto para os usuários e trabalhadores do SUAS: lutas ou conformismo"  
29 de novembro (2017)



COMISSÃO DE SAÚDE  
"Saúde mental em debate"  
6 de outubro (2015)

o debate sobre a cidade que queremos e fomentando ações nesta direção, a comissão acaba sendo um fórum privilegiado para este tipo de debate", ressalta.

**Circularidade entre CRESS e categoria**

Alinhadas às diretrizes da profissão, não basta operacionalizar as políticas públicas. Faz-se necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas expressões e o que se apresenta como desafio cotidianamente. Essa não é uma tarefa fácil, tendo em vista os desmontes das políticas sociais e a precarização do trabalho, através de contrarreformas que atingem em cheio toda a classe trabalhadora.

"Para fazer frente e resistência a todas estas questões é preciso ter um conselho de classe forte. Isso só se dá quando as profissionais se "apossam" deste espaço político, acima de tudo, que transcende a questão da fiscalização do exercício profissional. Então, você me pergunta se o Conselho se beneficia dessa troca, eu digo com toda a certeza que sim, não só o Conselho, mas toda a categoria profissional. Tempos em que a economia e o ideário neoliberal intensificam as desigualdades



COMISSÃO DE GÊNERO, ETNIA E DIVERSIDADE  
"Racismo institucional no atendimento à mulher negra: um debate necessário para o exercício profissional - 01 de agosto. Palestrantes: Camila Estrela, à esquerda e Sílvia Carvalho, à direita (2017)

sociais com suas múltiplas faces, nos obriga, enquanto classe, procurar fortalecer o que nos une e que nos é caro: as nossas bandeiras de luta, e isso não se faz isoladamente, se faz com um conselho forte" defende Alessandra.

A participação de assistentes sociais nas Comissões Temáticas contribui para a reflexão sobre limites e possibilidades de sua intervenção e de soluções propositivas, entendendo que essa construção é coletiva.

O exercício profissional possui suas contradições e limites impostos pela conjuntura, contexto social e cultural, apontando a participação nesses espaços de troca como mais uma via de possibilidade de atuação para a categoria.

**As reuniões das Comissões são abertas e as datas, horários e locais sempre são disponibilizados através dos instrumentos de comunicação do Conselho: site, redes sociais e Via Cress.**

**OCUPE O CRESS VOCÊ TAMBÉM!  
#VEMPARAOCRESS**

## Outras ações

outubro/2017 a janeiro/2018

**11ª. Conferência Nacional de Assistência Social – a garantia de direitos no fortalecimento do SUAS** – de 5 a 8 de dezembro de 2017, o CRESS-RJ esteve presente na conferência, que buscou avaliar a situação atual do SUAS e a propositura de diretrizes, visando ao aperfeiçoamento do sistema. Também foram deliberadas as diretrizes que vão orientar a política nacional de assistência social no próximo triênio.

**Seminário Maternidade e Uso de Drogas: o que se propõe como alternativa de cuidado** – o Fórum Permanente da Criança, do Adolescente e da Justiça Terapêutica, em 10 de novembro de 2017, reuniu profissionais das áreas da Saúde, da Assistência Social e do Poder Judiciário para dialogarem acerca da situação das gestantes usuárias de drogas e em situação de rua e também sobre estratégias que possibilitem a essas mulheres vivenciarem a maternidade/maternagem como um direito delas e de suas crianças. O debate ocorreu no Auditório do EMERJ e o Conselho participou da mesa de abertura e das discussões ao longo do dia.

**I Seminário Nacional “Saúde Mental, Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe”** – realizado em 22 de novembro

**Quilolo Rio/Bahia 2017** – O PROAFRO e o CRESS-RJ em celebração à Consciência Negra e à luta antirracista realizaram a terceira edição do Quilolo Rio-Bahia no dia 30 de novembro. A UERJ sediou o evento, que contou com o lançamento do livro “Clóvis Moura: trajetória intelectual, práxis e resistência negra”. A mesa principal debateu “A intolerância às religiões de matriz africana como expressão do racismo brasileiro e a resistência dos terreiros” e contou com a participação da assistente social e professora da UFBA, Magali Almeida, além de Rosiane Rodrigues, jornalista e pesquisadora do NUFEP UFF.

passado, na UFRJ, o Conselho esteve na mesa de abertura e nos debates do seminário, que buscou abordar como a saúde mental se relaciona com o gênero, classe, raça e etnia.

**Nenhum Serviço de Saúde a Menos** – o ato organizado pelo Movimento Nenhum Serviço de Saúde a Menos foi realizado em 10 de novembro, em frente à Prefeitura do Rio de Janeiro. O CRESS-RJ esteve presente na luta em defesa da saúde pública.

**“Dia Nacional de Luta com Paralisação e Greve” em defesa da Educação Pública, contra a Reforma da Previdência e pela revogação da Reforma Trabalhista e Terceirização** – o ato, realizado em 10 de novembro último, concentrou-se na Candelária, Centro do Rio de Janeiro. Na ocasião, o CRESS-RJ marcou presença em mais uma luta das trabalhadoras.

**PEC de Criminalização do Aborto em gravidez com origem em estupro, risco à gestante e feto anencéfalo / PEC 181** – em 13

**A carne mais barata do mercado: I Seminário em comemoração e luta pelo dia da Consciência Negra** – o evento, realizado na Escola de Serviço Social da UNIRIO em 22 de novembro de 2017, contou com a participação do CRESS-RJ nas mesas de abertura e principal, que debateu o racismo estrutural na sociedade brasileira.

de novembro, também com concentração na Candelária, o CRESS-RJ mais uma vez se colocou ao lado das trabalhadoras e do direito das mulheres de decidirem sobre suas vidas, contra a arbitrariedade do Estado.

**Roda de Conversa “Resistência Étnico-Racial: Enfrentamentos cotidianos frente à ofensiva conservadora”** – em 28 de novembro, na Seccional Sul Fluminense, Volta Redonda, foi realizada a roda de conversa que debateu amplamente sobre as formas de enfrentamento das diversas etnias que se encontram na região, e os demais enfrentamentos realizados em âmbito estadual e nacional.

**Oficina Nacional da ABEPSS** – no período de 7 a 9 de novembro, o evento foi realizado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF), em Niterói. O Conselho compôs a mesa de abertura e participou do evento, cujo tema norteador dos debates foi “A construção de um projeto classista de educação e os desafios para o Serviço Social”.

## Dezembro

**Audiência Pública: “Alterações na Política de Saúde Mental** – organizada pela Frente em Defesa da Reforma Psiquiátrica”. O encontro aconteceu no dia 21 de dezembro na ALERJ e discutiu os retrocessos na política de saúde mental e as possibilidades de enfrentamentos e resistências.



**Dia Nacional de Luta** – o dia 05 de dezembro foi marcado pela mobilização e paralisação contra a reforma da previdência. O CRESS-RJ estava representado e somando na luta.

**Audiência Pública: “Afastamento Compulsório da Guarda de Mães com Filhos em Situação de Vulnerabilidade”** – Promovida pela Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e Comissão do Cumpra-se, ambas da ALERJ, em 15 de dezembro, no Palácio Tiradentes - ALERJ. O CRESS-RJ participou dos debates sobre o afastamento compulsório de filhos de mulheres em situação de “risco social”, com a consequente entrega para adoção. A realização da audiência foi motivada pelo crescimento alarmante do número de casos, que, em geral, envolvem mães pobres, pretas e pardas.



## Janeiro

**Serviço Social no Combate à Intolerância Religiosa** – Esse foi o tema da roda de conversa realizada em 30 de janeiro deste ano. A Seccional Sul Fluminense (Volta Redonda) promoveu o debate sobre os rebatimentos da intolerância religiosa no cotidiano profissional, vida da população usuária e no contexto de retrocessos das políticas públicas municipais, estaduais e nacionais.

**Reunião com o Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde** – em 08 de janeiro, o CRESS participou da reunião com representantes de diferentes sindicatos dos servidores federais, representantes da FENASPS, de conselhos profissionais, de servidores de diferentes unidades hospitalares e representantes da Administração. O objetivo foi discutir acerca da liminar para recontração imediata dos dos servidores temporários, cujos contratos findaram em novembro/2017 e necessidade de realização de concurso público.

**Reunião do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro** – em 09 de janeiro, mais uma vez o CRESS-RJ sediou e participou da reunião do Fórum de Saúde. Na ocasião foi discutido a organização de debate sobre Gestão Pública na ENSP e sobre Seguridade Social que enfatiza a Reforma da Previdência Social.

## Fevereiro

**Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência e a Intervenção Militar** – em 19 de fevereiro, o CRESS esteve presente no Ato Contra a Reforma da Previdência e a Intervenção Militar, demarcando seu comprometimento com as reivindicações das trabalhadoras.

**Organização do dia 8 de Março de 2018** – em 22 de fevereiro, o CRESS participou da terceira plenária para a organização do ato do dia 8 de março (8M), cujo mote é a Greve Internacional das Mulheres. O encontro foi realizado na sede do Sindicato dos Bancários.

**Campanha 21 dias de ativismo contra o racismo** – nos dias 08 e 22 de fevereiro, o CRESS sediou e participou das reuniões de planejamento da Campanha, que possui uma agenda ampla de ações focadas na reflexão e enfrentamento ao racismo, que pelo segundo ano, realizou uma série de eventos pela passagem do 21 de março, “Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial”. Data constituída em memória ao Massacre de Sharpeville, ocorrido em Joanesburgo - África do Sul, no ano de 1960 em pleno regime do Apartheid. As ações foram realizadas entre os dias 03 e 23 de março.



**“Negritude e Racismo na Política de Assistência Social no Município do Rio de Janeiro”** - Evento realizado dia 21/11/2017 pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ – 6ª CASDH / CREAS Wanda Engel Aduan. No evento foi realizado debate sobre o atendimento à população negra nos programas e serviços socioassistenciais ofertados pela Política de Assistência Social, no município do Rio de Janeiro. Local: Auditório da Universidade Estácio de Sá/Shopping Via Brasil. O CRESS participou de todo o debate.



**Seminário Intercomissões: violência no território, maternidade e drogas: avanços e retrocessos no exercício profissional de Assistentes Sociais** – no dia 14 de dezembro de 2017, na UERJ, foi realizado o seminário Intercomissões do CRESS-RJ. O objetivo foi fomentar o debate, reflexões e possíveis encaminhamentos sobre temas que perpassaram as comissões de Assistência Social, Saúde, Sócio Jurídico, Educação e Direitos Humanos.

## Gestão pública

# Assistentes sociais em cargos de gestão

**A** atuação de assistentes sociais em cargos de gestão é um campo que merece a atenção do Serviço Social. Enquanto um número cada vez maior de profissionais está ocupando uma posição hierárquica de certo destaque, os desafios crescem na mesma proporção.

A assistente social Mônica Cruz, profissional com experiência na gestão, menciona que a inserção da categoria no gerenciamento não se deve à toa. O acúmulo de conhecimento, desde a formação até o exercício profissional, coloca as assistentes sociais numa situação distinta face às demandas de usuários. Ou seja, a 'expertise' adquirida junto à população usuária vira uma das chaves mais importantes. O Serviço Social, a partir de suas diretrizes curriculares de 1996, deve ser a profissão que avalia as demandas articulando singularidade e totalidade, dialoga de forma distinta a partir dos sujeitos e suas necessidades e sabe lidar com as diferenças.

"Temos uma formação generalista e isto nos coloca numa situação privilegiada na execução desta função. Na graduação temos acesso a um arcabouço teórico-metodológico riquíssimo, entretanto, não é suficiente para desempenharmos funções de assessoria, consultoria e gestão, demandando da profissional um esforço pela formação continuada e educação permanente. Cabe ressaltar que, as bases que nutrem e orientam a atuação do assistente social, quer esteja na ponta ou na gestão, são as mesmas: o Projeto Ético-político, a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética. Quando atuo na gestão, não deixo de ser assistente social para ser gestora. É fundamental que nossa conduta profissional seja regida pelos mesmos princípios. Uma profissional que atua na gestão não deve ter privilégios, status ou maior reconhecimento comparado à profissional que atua diretamente com o usuário", ressalta.

Atualmente, as assistentes sociais são cada vez mais requisitadas a atuarem em diversos espaços ocupacionais e houve uma expansão das funções exercidas a partir da vertente denominada "Intenção de Ruptura", que vão além da tradicional execução das políticas sociais. As profissionais são



**"Um profissional que atua na gestão não deve ter privilégios, status ou maior reconhecimento comparado ao profissional que atua diretamente com o usuário"**

**Mônica Cruz**

convidadas a formular, planejar e avaliar programas e projetos, prestar serviço de assessoria e consultoria, coordenar equipes e unidades e exercer função de gestoras públicas. Isso é o reconhecimento de um saber próprio e da competência profissional desta categoria para ocupar esses espaços.

"Carecemos de debates sobre a atuação de assistentes sociais na gestão. Isso não é discutido de maneira constante pela categoria. Particularmente, me instigo à reflexão e busco confrontar-me acerca da minha atuação profissional, em contexto de disputa de projetos societários. Referências bibliográficas e pesquisas ainda são poucas. Pergunto-me: será que estou contribuindo para a formação de uma ordem societária mais justa e igualitária, apesar de todos os conflitos de se atuar na gestão e do que esperam da nossa contribuição neste terreno? Necessito de suporte para avançar nesta reflexão", provoca.

Outra questão levantada pela assistente social é a vulnerabilidade que há no vínculo empregatício dos profissionais que exercem esta função.

"Na gestão pública, nem sempre estes

cargos são ocupados por profissionais efetivos. Assim, quando há alteração no gestor da pasta municipal, por exemplo, as profissionais comissionadas, convidadas. Infelizmente, no cargo de gestão pública isso ainda é muito comum. Além disso, favorece o distanciamento entre as profissionais da gestão e da ponta, o que ocasiona a descontinuidade do trabalho realizado pela própria gestão. Esse troca-troca é muito ruim para o fortalecimento e a ampliação da política pública. A melhor estratégia é haver funcionárias concursadas em posições-chave na gestão", explica.

Mônica Cruz ainda acrescenta: "é um desafio diário, porque é esperado desta profissional, que atua na gestão, uma fictícia neutralidade e um super poder para mediar conflitos. Todavia, cabe a esta profissional fazer a devida leitura do contexto, da totalidade, dos discursos, dos interesses e se posicionar de forma crítica em prol da política pública e da população usuária, tendo a clareza que as suas decisões profissionais na gestão têm impacto direto na vida dos usuários e fortalecem um determinado projeto societário".



### CRESS RJ atento aos cargos de gestão

No mês de outubro, o Conselho organizou a roda de conversa "Os Desafios da assistente social nos cargos de gestão". O evento contou com a participação da conselheira-presidenta Dácia Teles; as ex-conselheiras Hilda Corrêa, assistente social aposentada da LBA e Michele Pontes, assistente social da PCRJ. No mesmo, foi proposto pela base uma série de atividades que apontassem caminhos para a atuação profissional.

Estar na gestão é uma profícua oportunidade. No entanto, precisamos ter como inequívoco de que o projeto profissional do Serviço Social possui uma nítida direção anticapitalista e anticonservadora, com recusa e busca da superação do tradicionalismo profissional, e na defesa das lutas da classe trabalhadora.